

Santa Bárbara e a Terra Brava e outra entre as Furnas do Enxofre e o Biscoito Rachado.

O plano prevê igualmente estudar novos percursos e criar um trilho entre o Algar do Carvão e as Furnas do Enxofre, sujeitando as intervenções à proteção dos habitats.

No Algar do Carvão, o programa determina a revisão do modelo de visitação, a definição de uma capacidade de carga humana, a monitorização dos efeitos dos visitantes sobre a cavidade e a construção de um novo Centro de Interpretação e Apoio à Visitação. Nas Furnas do Enxofre também deverá ser acompanhado o impacto da presença humana. Nas zonas costeiras, o foco desloca-se para a nidificação de garajaus e cagarros, o controlo de predadores, a recuperação de habitats e a limitação do pisoteio. Nas Vinhas dos Biscoitos, prevêem-se apoios à manutenção da vinha em currais e socacos e a conservação do trilho, enquanto a Caldeira de Guilherme Moniz é orientada para o uso sustentável da água, do pastoreio e da floresta.

Graciosa: acesso condicionado aos ilhéus e vigilância na Furna do Enxofre



O plano da Graciosa tem a menor área terrestre dos seis: 3,53 quilómetros quadrados, equivalentes a 5,8% da ilha. O Parque Natural integra oito áreas protegidas e seis apresentam componente terrestre. O zonamento abrange as reservas naturais dos ilhéus de Baixo e da Praia, o Monumento Natural da Caldeira da Graciosa e as áreas de proteção da Ponta da Restinga, Ponta Branca e Ponta da Barca. As duas áreas de gestão de recursos, na Costa Sudeste e na Costa Noroeste, são marinhas e ficam fora da componente terrestre do plano.

No Ilhéu de Baixo, classificado como área de proteção integral, o acesso público fica proibido. O plano manda acompanhar as colónias de aves marinhas, promover condições de nidificação, controlar invasoras e vigiar a erosão. No Ilhéu da Praia, a parte oeste fica igualmente reservada à conservação e à investigação científica, enquanto na parte leste se mantém um regime de acesso condicionado, sujeito a fiscalização e monitorização. O programa prevê avaliar o impacto de lagartixas, estorninhos e formigas sobre as aves marinhas, conservar o cais e a casa de apoio e manter o trilho de visitação na zona onde este é admitido.

Na Caldeira da Graciosa, as medidas concentram-se na Furna do En-

xofre, no charco e na superfície situada sobre a cavidade. O plano prevê monitorizar a qualidade do ar, reduzir o risco de escorrências de fertilizantes, herbicidas e pesticidas para o interior da fuma, estabelecer uma capacidade de carga bovina e restringir a circulação de veículos pesados no caminho que passa sobre a cavidade. Estão ainda previstas a recuperação da qualidade da água e do assoreamento do charco, a monitorização dos efeitos dos visitantes e a elaboração de um plano de ação para o troço da Furna do Enxofre aberto ao público.

São Jorge: recuperação das lagoas e proteção das fajãs



Em São Jorge, nove das 13 áreas do Parque Natural têm componente terrestre. No conjunto, ocupam 56,51 quilómetros quadrados, 23% da superfície da ilha. O plano abrange o Monumento Natural da Ponta dos Rosais, as áreas costeiras de proteção de habitats, o Pico da Esperança e o Planalto Central, a Fajã das Almas, a Costa e o Ilhéu do Topo e a Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte. As quatro áreas de gestão de recursos são marinhas.

No planalto, a recuperação de turfeiras degradadas, a gestão das lagoas, o controlo do gado e a erradicação do pica-rato e de outras invasoras estão entre as principais medidas. O programa prevê manter e sinalizar o trilho entre o Pico do Pedro, o Pico da Esperança e a Fajã do Ouvidor, criar estacionamento no início do percurso e proteger as bermas onde sobrevivem espécies naturais. No Ilhéu do Topo são impostas restrições de acesso às zonas mais sensíveis, com exceções para conservação e ciência, além do controlo de predadores de aves marinhas e da recuperação de habitats de falésia.

As Fajãs do Norte concentram o núcleo mais extenso e complexo do plano. A área inclui as lagoas da Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres, classificadas como zona húmida de importância internacional, falésias, áreas agrícolas e vários núcleos edificados. Para a Lagoa dos Cubres, o programa determina a recuperação da qualidade da água, da zona húmida e de situações de eutrofização, bem como a gestão da massa de água e a conservação da vegetação das margens. Nas fajãs, prevê apoios à manutenção de vinhas, currais, socacos e pomares tradicionais, recuperação de estruturas ligadas à captação e armazenamento de água,

acordos com proprietários e regulação da capacidade de carga humana nas zonas de maior pressão. O diagnóstico identifica ainda a erosão costeira, a visitação desordenada, a degradação das zonas húmidas e os conflitos com proprietários como ameaças que exigem acompanhamento.

Flores: lagoas sob proteção e acesso vedado à Rocha dos Bordões



As áreas terrestres do Parque Natural das Flores ocupam 60,58 quilómetros quadrados, 43% da ilha. O parque integra nove áreas protegidas, oito terrestres e uma marinha. O relatório assinala que o perímetro florestal representa cerca de 66% do Parque Natural, um peso que torna decisiva a articulação entre conservação e gestão florestal. O plano abrange o Ilhéu Maria Vaz, Morro Alto e Pico da Sé, Caldeiras Funda e Rasa, Rocha dos Bordões, três áreas costeiras e a Paisagem Protegida da Zona Central e Falésias da Costa Oeste.

No Morro Alto e Planalto Central, quatro parcelas que somam 1.031,24 hectares ficam sob proteção integral. O acesso aos planos de água das lagoas Branca, Negra e Comprida é proibido, salvo para conservação, monitorização e investigação. O programa manda continuar a avaliar a qualidade da água das lagoas Comprida e Negra, recuperar turfeiras e impedir a entrada de gado nas zonas mais sensíveis. Nas Caldeiras Funda e Rasa, prevê vedar os terrenos que confinam com a Lagoa Rasa, restringir o uso das margens como pastagem, celebrar acordos com proprietários e prosseguir a monitorização da qualidade da água das duas lagoas.

O Ilhéu Maria Vaz é uma área de proteção integral onde a visitação fica interdita. Na Rocha dos Bordões, o acesso direto à formação geológica também é proibido. O plano prevê remover vegetação invasora e sedimentos acumulados nas colunas pelo menos de cinco em cinco anos, com recurso a técnicas de escalada ou rapel. Nas áreas costeiras são impostas interdições de acesso a ilhéus e pontas de nidificação, acompanhadas de controlo de roedores e de tráfego marítimo entre abril e agosto junto aos ilhéus da Alagoa. Na costa oeste, é proposta a relocalização da Casa do Parque para a Fajã Grande, para apoio à visitação, e a manutenção dos trilhos, miradouros e valores tradicionais da Fajã Grande e Fajãzinha.

Corvo: controlo do pastoreio e dos acessos no Caldeirão



O Corvo tem apenas uma área protegida terrestre, a Costa e Caldeirão, mas esta ocupa 7,7 quilómetros quadrados, 45,4% da superfície da ilha, a maior proporção entre os seis planos agora publicados. O zonamento divide-a em quatro unidades: 1,98 hectares de proteção integral nos ilhéus da Ponta do Marco, 380 hectares de proteção parcial no Caldeirão, 380 hectares de área prioritária para a conservação nas falésias e 15,98 hectares de uso sustentável dos recursos na Coroa do Pico.

Nos ilhéus dos Torrais e Torráo ficam interditos o acesso de visitantes e a aproximação de embarcações. O plano prevê monitorizar aves marinhas, georreferenciar ninhos e remover anualmente ninhos de gaivota-depatas-amarelas que ocupem as zonas de reprodução de cagarros e garajaus. No Caldeirão, as medidas passam pela instalação de cancelas, definição da capacidade de carga bovina e caprina, recuperação de zonas húmidas, controlo de invasoras e regulação da capacidade de carga humana. Um dos objetivos expressos é impedir o pastoreio nos ilhéus da Lagoa do Caldeirão.

Nas falésias, o plano propõe controlar gado caprino e ovino assilvestrado, gerir fauna invasora, criar corredores ecológicos e alterar os limites da área protegida para integrar a totalidade da Zona Especial de Conservação. Na Coroa do Pico, as ações incluem naturalizar povoamentos florestais, recuperar áreas degradadas por lixo ilegal e reabilitar paisagisticamente antigas zonas de extração de inertes e pedreiras. O diagnóstico identifica como ameaças a degradação das zonas húmidas, a eutrofização, o pisoteio, a pressão turística e predadores introduzidos, nomeadamente gatos e ratos.

Nota: As fotografias que ilustram esta reportagem têm como fonte o Portal dos Parques Naturais dos Açores - parques-naturais.azores.gov.pt

*jornal@diariodosacores.pt